

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extrato do Despacho n.º 1523/2025

Sumário: Concedendo prorrogação de Licença sem Vencimento, a Emerson Jorge Lima Miranda, Catarina Monteiro Brandão, Elaide de Jesus Vaz Dias e Graciete Mendes de Carvalho.

Extrato do Despacho de Sua Excelência o Ministro da Educação

De 04 de dezembro de 2025

Emerson Jorge Lima Miranda, Professor do Ensino Secundário, Nível I, quadro do pessoal da Escola Secundária Regina Silva, na situação de licença sem vencimento até 03 (três) anos, desde 05 de janeiro de 2024, é autorizada a prorrogação da mesma, por um período de 1 (um) ano, ao abrigo dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 08 de março, que estabelece o regime de Férias, Faltas e Licenças dos Funcionários da Administração Pública, com efeitos a partir de 05 de janeiro de 2026.

Catarina Monteiro Brandão, Professora do Ensino Secundário, Nível I, quadro do pessoal da Delegação do Ministério da Educação da Praia, na situação de licença sem vencimento até 03 (três) anos, desde 01 de janeiro de 2025, é autorizada a prorrogação da mesma, por um período de 1 (um) ano, ao abrigo dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 08 de março, que estabelece o regime de Férias, Faltas e Licenças dos Funcionários da Administração Pública, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2026.

Elaide de Jesus Vaz Dias, Apoio Operacional, Nível I, afeto à Escola Secundária Carlos Alberto Gonçalves, na situação de licença sem vencimento até 03 (três) anos, desde 02 de janeiro de 2024, é autorizada a prorrogação da mesma, por um período de 1 (um) ano, ao abrigo dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 08 de março, que estabelece o regime de Férias, Faltas e Licenças dos Funcionários da Administração Pública, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2026.

Graciete Mendes de Carvalho, Professora do Ensino Básico, Nível I, quadro de pessoal da Delegação do Ministério da Educação da Praia, na situação de licença sem vencimento até 03 (três) anos, desde 22 de novembro de 2022, é autorizada a regularização da prorrogação da mesma, por um período de 1 (um) ano, ao abrigo dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 08 de março, que estabelece o regime de Férias, Faltas e Licenças dos Funcionários da Administração Pública, com efeitos a partir de 22 de novembro de 2024.

Praia, aos 8 de dezembro de 2025. — A Diretora, *Dulcínia Lima Fermino*.